

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/349925834>

O caso de "transparência": uma fórmula do neoliberalismo

Preprint · March 2021

CITATIONS

0

READS

23

2 authors, including:



[Luciana Salazar Salgado](#)

Universidade Federal de São Carlos

56 PUBLICATIONS 57 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Mediação editorial [View project](#)

OLIVEIRA, Hélio; POSSENTI, Sírio (orgs.). *Fórmulas discursivas em análise*. (no prelo). para referenciar, contato: lucianasalazar@ufscar.br

O caso de “transparência”: uma fórmula do neoliberalismo

Luciana Salazar Salgado
Livia Beatriz Damaceno

A opacidade dos parâmetros

Partindo da criação da Lei de Acesso a Informação¹, em 2011, e coletando dados em circulação até 2018, quando o Brasil passou por conturbadas eleições presidenciais², notamos que a palavra “transparência” acompanhava uma boa parte das discursivizações dos acontecimentos nesse período, como se pode ver na imagem a seguir, em que o termo nomeia um aplicativo que reúne informações sobre os candidatos a cargos políticos:



Figura 1 - screenshot da notícia publicada na página tecnoblog.net, acesso em 24/10/2018

¹ “A [Lei nº 12.527/2011](http://www.legis.gov.br/legislacao/show.php?id=12527) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos”. (disponível em <http://www.acessoinformacao.gov.br>, último acesso 6 ago. 2019)

² Sobre essas eleições, ver abordagem de SALGADO e OLIVA (2019, p. 03), que discutem como, “nas eleições havidas em 2018 no Brasil, bastante conturbadas porque eivadas de irregularidades, algumas delas sustentadas por uma legalidade contestada, um *modus operandi* desencadeou uma série de embates sociais durante o pleito e depois”, nos quais o uso de redes digitais alimentou a fratura social, produzindo o que definem como “uma intimidade ubíqua”.

Interessamo-nos, então, em investigar, a partir dessa reiterada ocorrência, em que medida “acesso à informação” se relacionava com “transparência”, termo que passou a funcionar como uma espécie de conceito de teor político, mas fundamentalmente técnico, especialmente contábil, legitimado quase sempre por formas de auditoria ou fiscalização, de viés moralizante, como combate a desvios ou má gestão de recursos que pressupõem normas de conduta. Tendo esse traço semântico fundamental, passou a figurar nas mais diversas plataformas: de grandes corporações, de órgãos públicos, de movimentos alternativos, de clubes de futebol, de prestadores de serviços... nacional e internacionalmente³. Detenhamo-nos em um exemplo: há mais de vinte anos, a entidade global Transparência Internacional desenvolve o que chama de “uma reconhecida capacidade de pesquisa e um amplo estoque de ferramentas e soluções anticorrupção”, declarando esta diretriz:

Nossa missão é acabar com a corrupção e promover a transparência e a integridade em todos os níveis e em todos os setores da sociedade. Mas nossa luta contra a corrupção não é e nunca será um fim em si mesmo. É uma luta por justiça social, realização de direitos e paz.

Opõe-se a “corrupção” a dupla de termos “transparência” e “integridade”, designantes de coisas que devem ser promovidas, segundo essa voz que se põe como Transparência Internacional (TI). Isso nos leva a levantar a hipótese de que se trata de assumir uma função política, ao assumir seu caráter indutor, com vistas a alcançar um objetivo que soa bastante abrangente, dada a repetição do termo “todos” na sequência “em todos os níveis e em todos os setores da sociedade”, e difuso, pois não se definam “níveis” e “setores”, o que redobra a opacidade de termos como “integridade” e “sociedade”, que dependem de parâmetros para sua delimitação. Essa organização internacional tem seus Capítulos Nacionais em mais de cem países, conforme declara em sua documentação online⁴, e participa de uma série de reuniões de âmbitos distintos, formando quadros e disseminando esta relação semântica: transparência = luta contra a

³ Em nossa coleta de dados, entre outros: “Por transparência, Google mostra como bloquear propagandas” (portal Terra, publicado em 3/11/2011); “FMI destaca transparência no Banco Central” (*Valor Econômico*, publicado em 15/10/2018); “Por mais transparência, hackers invadem o Congresso” (*Revista Galileu*, publicado em 30/10/2013); “Santos FC lança Portal da Transparência, iniciativa inédita em sua história” (SantosFC.com, publicado em 20/06/2018); “Oficina Amiga da Mulher incentiva transparência nos serviços” (portal Autopapo, publicado em 06/12/2017).

⁴ Disponível em <https://transparenciainternacional.org.br/quem-somos/sobre-a-ti/>, último acesso 06 set. 2019.

corrupção, sendo a “luta contra a corrupção” não “um fim em si mesmo”, mas um caminho para sedimentar outras lutas: “por justiça social, realização de direitos e paz”⁵.

É particularmente interessante notar que, em seu site institucional, a aba *Transparência* insiste nos termos “independência” e “reputação”, dois valores proclamados com insistência nas várias plataformas em que “transparência” ocorre, e também na indicação das planilhas relativas ao que, no caso em tela, é referido por “apoios, parcerias e financiamentos”, sublinhando a lisura de declarar as fontes de recursos e sua destinação.

No que diz respeito aos termos “independência” e “reputação”, sabemos que certos usos se instauram desde o advento do período técnico-científico informacional (SANTOS, 1996), quando o que se veio a chamar de TICs (tecnologias de informação e comunicação) se estabeleceu hegemonicamente, possibilitando que tudo passasse a ser informação, o que exige um trabalho permanente de construção informacional e de difusão dessa informação, inclusive de valores que tenham lastro na materialidade tangível, como era o caso da paridade ouro-dólar na definição dos valores de troca em moeda. Nessa dinâmica marcadamente informacional, a universalização de conceitos regedores da organização social é necessária para que a fluidez da informação gere, conforme a demanda do motor único de uma economia globalizada, referências a partir das quais se estabelecem esses valores cunhados simbolicamente (ou signicamente, caberia discutir noutra ocasião)⁶.

No que tange à declaração de fontes e gestão dos recursos, consideremos que se inicia assim o texto que explica o termo que intitula a aba – *Transparência*:

Somente nós determinamos nossos projetos, ações e atividades. A maior parte de nossa receita provém da cooperação internacional para o desenvolvimento (organismos multilaterais e bilaterais) e fundações. Outras fontes de recursos da TI em âmbito global e alguns dos capítulos nacionais são as doações de indivíduos e contribuições de empresas a projetos.

⁵ Note-se a enumeração de sintagmas designativos de conceitos suscetíveis de abrigar diferentes sentidos: *justiça social* pode ser parafraseado por “distribuição de renda” em projetos que se colocam, hoje, como “centro” ou “esquerda”, basta ver suas cartas-programa; ou por “meritocracia”, em posicionamentos que entendem que “não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar” e que veem “distribuição de renda” como “assistencialismo”. Quanto ao termo “paz”, a discussão de BOSCHI (2013) sobre a fórmula “cultura de paz” é especialmente esclarecedora.

⁶ Sobre essas questões relativas ao período técnico-científico informacional e a demanda por novas parametrizações do dizível, ver SALGADO; ANTAS, 2011.

Se voltarmos ao aspecto dêitico acima mencionado, podemos ver que essa voz da TI aparece aqui como um “nós” muito potente, constitui sua “independência” ligada a um traço de autonomia: “Somente nós determinamos nossos projetos, ações e atividades”. O advérbio topicalizado se conecta ao verbo *determinar* definindo eficazmente uma capacidade de atuar, e construindo, assim, uma restrição contundente que delimita uma autonomia incondicional. Um discurso transversal relativo a “reputação” aparece aí: não há “rabo preso” ou quaisquer condicionamentos externos à instituição, é de sua reputação que ela vive, fruto da eficácia simbólica do que constrói como imagem de si, sem filiações, como se uma filiação fosse submissão ao que potencialmente corrompe. Diante da chamada crise da política, essa “independência” tem a ver com o valor atribuído à ausência de vinculação com o que se vê como instituições corrompidas. Fica por saber quais instituições corrompidas são essas, não há enumerações ou exemplos no site. Quem responde por esse “nós”, na aba *Equipe no Brasil*, é “uma equipe de profissionais brasileiros [não se diz em quê são profissionalizados] que atua em colaboração com o Secretariado em Berlim e os demais países onde a organização está presente [não há um mapa ou uma listagem]. Desde 2016, a organização possui no Brasil uma estrutura própria formada por uma equipe executiva e um Conselho Deliberativo [há fotos e nomes numa galeria logo abaixo dessa informação].” Mas não se explica como se dá a formação desse “grupo de colaboradores e colaboradoras”, como são designados na aba *O que fazemos*, na qual apresentam “nossos centros institucionais e programas temáticos”, que não estão claramente relacionados aos “projetos, ações e atividades” mencionados em outra aba. Ora essas enumerações parecem sinônimos, ora parecem referir uma estrutura e um funcionamento, respectivamente.

Há um Centro de Operações e Engajamento, que centraliza as “áreas administrativas”, enumeradas como: “comunicação, advocacy, campanhas e administração geral das atividades da TI no Brasil” (não se sabe ao certo que tipo de campanhas e, de novo, não se definem as “atividades” geridas pelas “áreas administrativas”, plural sugestivo da opacidade que há aí: são várias áreas que administram). Há também um Centro de Conhecimento Anticorrupção, que se constitui como “um amplo portfólio de publicações, bancos de dados, índices, metodologias, métodos de treinamento e até mesmo um centro de atendimento para ativistas e profissionais de áreas que podem influenciar no combate à corrupção”, baseado em materiais como o mapeamento da “percepção da corrupção”, no qual, segundo dados consolidados de 2018, o Brasil caiu “da 96ª para a 105ª posição no ranking da

Transparência Internacional”, segundo um índice que é assim apresentado, sem que se explicitem os critérios que fazem dele uma “ferramenta” “duradoura e abrangente”:

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) é a mais duradoura e abrangente ferramenta de medição da corrupção no mundo. Ela existe desde 1995 e reúne resultados de 180 países e territórios. A pontuação indica o nível percebido de corrupção no setor público numa escala de 0 a 100, em que 0 significa que o país é considerado altamente corrupto e 100 significa que o país é considerado muito íntegro.


O efeito de objetividade desses números nos leva a perguntarmos sobre a metodologia de captação de uma “percepção”: de que modo se mede o percebido? Trata-se de uma métrica para o que só se pode estimar por inícios. Mas isso não está detalhado nos dados apresentados na aba *Conhecimento*, onde o índice aparece como elemento constitutivo de uma certa cartografia⁷. E é interessante notar que nessa aba “a TI” é referida sempre como um terceiro, não é a voz do “nós” que, como vimos, fala de si como uma entidade bastante autônoma. Nesta aba do site, não fica claro quem fala da TI, há uma espécie de hiperenunciador (MAINGUENEAU, 2011), uma voz que avaliza e valida “de fora”, transcendente.

Há, ainda, um Centro de Apoio e Incidência Anticorrupção. O apoio se define como algo que vem junto com a “assistência legal confidencial e gratuita a vítimas e testemunhas de corrupção”, mas a ideia de “incidência anticorrupção” é menos evidente, parece ter a ver com a formação de cidadãos capazes de denunciar a corrupção: “O CAIAC terá como missão principal fortalecer o trabalho do movimento anticorrupção no Brasil, priorizando o apoio às organizações e ativistas de base que combatem a corrupção nos municípios do Brasil”. Não se diz quem exerce o “trabalho do movimento anticorrupção no Brasil”, nem propriamente quem compõe esse movimento. Reitera-se fortemente, nessa textualização, que transparência = luta contra a corrupção. Sublinhemos: não se define o termo “corrupção” nem se elencam casos ilustrativos.

Essa opacidade convive com um efeito de objetividade já mencionado, que também se produz na publicação de documentos como o Resumo Financeiro Operacional (dados de 2017). Como se trata de declarar fontes e destinação de recursos, esse documento tem função semântica crucial neste conjunto de textos declaratórios, que se

⁷ O efeito de objetividade incontestado produzido pela cartografia, tema crucial no estudo de “mapeamentos dos fatos”, pode ser examinado à luz da esclarecedora discussão em FONSECA e OLIVA, 2012.

põem como apresentação de uma entidade acima de qualquer suspeita e que, por isso (para isso?), se apresenta fazendo uma prestação de contas. O Resumo:



RESUMO FINANCEIRO OPERACIONAL

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL – BRASIL 2017

RECEITAS	TOTAL (R\$)
Organismos de cooperação bilateral ¹	126.089,11
Organismos de cooperação bilateral ²	781.195,70
Fundações privadas ¹	926.763,96
Fundações privadas ²	948.490,16
Fundos compensatórios ³	88.548,11
Outras fontes de receita	16.848,54
RECEITA TOTAL	2.887.935,58

DESPESAS	TOTAL (R\$)
Administrativo e Financeiro	57.678,28
Captação	89.942,00
Desenvolvimento Institucional	542.060,72
Programas Temáticos	124.189,87
Pesquisa	187.350,25
Comunicação Institucional	96.989,49
Encontros e reuniões nacionais	126.970,53
Encontros e reuniões internacionais	62.760,62
Equipamento	20.910,11
DESPESA TOTAL	1.308.851,87
SALDO	1.579.083,71

O saldo em caixa constitui recurso para uso exclusivo no ano de 2018 dando continuidade a projetos em andamento. Para mais informações sobre projetos atuais, consulte o documento "Projetos atuais" em nosso website: <http://www.transparenciainternacional.org.br>.

¹Fundos de contratos intermediados pelo Secretariado da Transparência Internacional em 2015, 2016 e 2017 e transferidos à TI Brasil em 2017

²Fundos de contratos assinados em 2017 para projetos com duração até 2018

³Fundos provenientes de financiamento ao Secretariado da Transparência Internacional pelo fundo de integridade da Siemens, criado como parte de acordo firmado em 2009 com o Banco Mundial por irregularidades envolvendo a subsidiária russa da empresa.

Figura 2 - screenshot da tela <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/38:tibr-resumo-financeiro-operacional-2017>, último acesso 06 ago. 2019.

É uma tabela simples que suscita reflexão. Os itens em rodapé não esclarecem efetivamente a origem dos recursos: o que ou quais são os “fundos de contratos intermediados pelo Secretariado da Transparência Internacional”? E “os contratos assinados” para “projetos com duração até 2018”? O que é o “fundo de integridade da Siemens” que se produziu por “irregularidades” (termo bastante vago) “da subsidiária russa da empresa”? Ademais, por que a TI recebe recursos que o Banco Mundial recolhe

como valores “compensatórios”? Não há, aí, um organograma que registre essas relações ou a menção a tratados internacionais que expliquem a entrada desse tipo de recurso. É interessante notar, nesta altura, que o site não tem uma ferramenta de busca interna.

No item *Outras fontes de receita* não há nem sequer nota de rodapé. No item *Despesas*, termos como “captação” (de quê?), “desenvolvimento institucional” e “programas temáticos” são bastante inespecíficos. De fato, também o são “encontros e reuniões nacionais” ou “internacionais”: quantas? quando? onde?, se poderia perguntar, já que se trata de uma prestação de contas publicada com vistas a garantir “transparência”. Também o item *Equipamento* está longe de, como termo técnico, designar claramente aqui, nesta cenografia, do que se trata. Pelo menos, não se tomarmos *transparente* como sinônimo de *visível* ou *evidente*.

Casos como este se multiplicaram no material coletado e nos levaram a levantar a hipótese de “transparência” funcionar como uma fórmula discursiva, nos termos propostos por Krieg-Planque (2010). Para a autora, uma fórmula discursiva é

um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no centro do espaço público (in MOTTA; SALGADO, 2011, p.12).

Com esses lineamentos, Krieg-Planque descreve o que postula como quatro propriedades: i) há uma estrutura formal cristalizada, ii) inscrita em uma dimensão discursiva, iii) funcionando como um referente social iv) de caráter polêmico. Verificando-as, acabamos por descrever um debate público ou um acontecimento discursivo⁸.

Por estrutura formal cristalizada deve-se entender uma superfície linguística cuja circulação se pode acompanhar com alguma ferramenta de rastreamento de textos. A questão é que, inscrito em uma dimensão discursiva, o termo aparece em um dado momento, em um dado espaço, convergindo com as questões sociais que o constituem, isto é, que lhe conferem dados sentidos precisamente ali onde aparece e que, ao mesmo tempo, o termo garante ao aparecer. Assim, dada sua recorrência ou, conforme Krieg-Planque, “uma explosão de ocorrências”, esse termo é alçado a referente social, pois se

⁸Como bem mostraram pesquisas recentes que operam com essa metodologia, entre as quais BOSCHI, 2014, sobre “cultura de paz”, QUARTAROLLA, 2017, sobre “flexibilização”, OLIVEIRA, 2018, sobre “consciência negra” e DA SILVA, sobre “complexo de vira-latas”.

torna passagem obrigatória na cena pública, onde é passível de avaliações, eufóricas ou disfóricas, por parte dos diversos atores sociais. Daí decorre seu caráter polêmico: o termo se torna alvo de disputa a partir das múltiplas posições que o convocam.

A fórmula discursiva é, então, “um conjunto de formulações que, pelo seu emprego em um momento e em um espaço público dados, cristalizam interesses políticos e sociais que estas formulações contribuem ao mesmo tempo para construir” (2010, p. 9).

Com base nisso, procuramos entender, no recorte temporal delimitado, até onde e de que forma o termo “transparência” pode ser considerado como uma fórmula e, então, que debate público suscita e abriga. Trata-se, portanto, de descrever a circulação do termo no espaço público como algo amplamente partilhado, segundo as condicionantes dos regimes discursivos que regulam essa partilha. Por espaço público, deve-se entender o lugar de publicização

por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.114).

Dessa perspectiva, a publicização é o que constitui esse espaço público, possibilitando a existência política, jurídica e técnica de uma sociedade. No caso de “transparência”, localizamos um aumento expressivo de sua ocorrência nesta última década, em diversas plataformas (algumas criadas especificamente para falar em “transparência”, como o caso que apresentamos acima) e mesmo em livros, folhetos e outros objetos editoriais nos quais se oferecem balanços, instruções ou mesmo serviços bastante específicos, como no caso da oferta de conserto de máquinas de lavar roupas, em que “transparência” parece ser uma paráfrase de “honestidade e confiança”⁹. Constatamos que o termo “transparência” e sua variante adjetival “transparente” aparecem quase sempre ligados a um comportamento institucional idôneo que se institui ao denunciar a existência de comportamentos não idôneos, mas que pode ser pessoal, em alguma medida, quando tem a ver com a reputação, por exemplo, no caso da avaliação pública de uma atriz ter sido ou não “transparente” ao se pronunciar sobre um escândalo que envolve sua intimidade. Constatamos, também, que essa idoneidade parece sempre passível de ser

⁹Anúncio publicado no site de comércio eletrônico OLX, no dia 23/04/2018 na cidade de Boa Vista, Roraima.

atestada justamente porque pode ser medida e ranqueada. Donde a importância dos registros e das métricas.

Diante disso, chama-nos a atenção a objetividade sempre encenada na explicação de “transparência” e na consequente reivindicação por “transparência” contrastada com a opacidade dos parâmetros dessas medições. Esse paradoxo é o que sustenta o funcionamento do discurso neoliberal, de base econômica, como sabemos.

Neoliberalismo e “transparência”

O neoliberalismo pode ser entendido como uma “política da sociedade” pautada na inteligibilidade da medida, isto é, na previsibilidade calculada das possibilidades em virtude de um funcionamento planejado, tanto do mercado financeiro quanto da produção de subjetividades. “Da sociedade” porque se introduz, justamente, segundo as demandas advindas da relação entre as esferas política e econômica que compõem a economia capitalista; e também porque se trata de um modo de governo, um poder que a economia capitalista exerce sobre o *homem de direito*. Segundo Dardot e Laval, o neoliberalismo

antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (2016, p. 17).

Ocorre que desde o século XVIII, o *homo economicus* tem ocupado os espaços políticos de maneira a se sobrepor ao *homo juridicus*. O sujeito da economia (ou *homo economicus*) não se interessa pela obtenção de direitos, ele se interessa somente pelos aspectos econômicos da organização social, o que dá lugar a dois processos distintos de constituição político-econômica “por meio de uma dialética da renúncia” (LAZZARATO, 2013, p. 16). Trata-se de um processo de integração de cada um dos

sujeitos de direito (ou *homo juridicus*) no interior de uma comunidade composta somente por sujeitos de direito, e de uma integração de cada um dos sujeitos econômicos no interior de uma comunidade composta somente por sujeitos econômicos, no intuito de operar uma multiplicação pautada não em um processo de renúncia, mas em um projeto egoísta dos interesses concernentes à própria individualidade e somente a ela.

Sendo assim, o sujeito neoliberal deve fazer uma escolha: a manutenção e obtenção de direitos ou a aquisição financeira, deve-se renunciar a uma das duas opções, pois são incompatíveis para o sistema. Por exemplo, ou o trabalhador renuncia a seus direitos ou ele desiste do emprego, como se vê nas recentes altas dos índices de desemprego que atinge atualmente o Brasil¹⁰.

O antigo liberalismo foi o sistema que operou a combinação entre o âmbito econômico e o jurídico como estratégia de conservação das formas de governabilidade global, introduzindo a noção de “sociedade civil”. O que queremos pôr em relevo aqui é que, quando se fala em *sociedade*, não se fala em uma realidade natural, inevitável ou primitiva, mas de uma recentíssima tecnologia que não tem qualquer tipo de autonomia e tampouco de soberania em sua indissociável relação com o Estado. Assim, o cruzamento entre os âmbitos jurídico e econômico supramencionados deu à luz o que conhecemos por *governo neoliberal*.

As polarizações cristalizadas de poder e renda diferenciam e individualizam cada um dos indivíduos que compõem as relações de poder neoliberais, em que não importa a *troca*, mas a *concorrência* e somente ela, concorrência essa que gera desigualdade entre empresas e trabalhadores, assim como entre empresas e empresas, e entre trabalhadores e trabalhadores. Toda a possibilidade de agir do governo neoliberal se concentra na concorrência, por isso ele não intervém *no* mercado, ele intervém *para* o mercado (LAZZARATO, 2013). Para intervir no mercado, seria necessário moldá-lo de acordo com os interesses e necessidades da sociedade como um todo, mas ocorre o contrário, são os interesses e necessidades da sociedade como um todo moldados a partir dos imperativos do mercado.

É no interior do espaço econômico que ocorre o enfrentamento individual dos riscos, que o próprio indivíduo inserido na lógica neoliberal assume. As antigas técnicas disciplinares descritas por Foucault no decorrer de sua obra genealógica e as novas

¹⁰ Os atuais índices de desemprego, crescentes desde a Reforma Trabalhista de 2017, chegam a 12,7% segundo a pesquisa realizada em março de 2019, conforme IBGE (em dezembro de 2014, a taxa era de 4,8%).

técnicas securitárias descritas por Negri e Hardt (2014) constroem, em conjunto, a noção de “proteção social” com base na qual se instaura uma prioridade da vigilância em detrimento da punição, e do exame e da exclusão (FOUCAULT, 2017). É aqui que entra o problema da relação entre “transparência” e neoliberalismo. Dardot e Laval nos ajudam a chegar a este entendimento, quando afirmam que:

Encontramos aqui a ideia de que o indivíduo deve mostrar-se “ativo”, ser “gestor” de seus riscos; assim, conseqüentemente convém que suscite e alimente uma atitude ativa em questão de emprego, saúde e educação. Para certos teóricos do novo rumo, como Ewald, essa sociedade do risco individual pressupõe uma “sociedade de informação” – o papel dos poderes públicos e das empresas deveria consistir em fornecer informações confiáveis sobre o mercado de trabalho, o sistema educacional, os direitos dos doentes etc. Isso significa ver uma complementaridade ideológica entre a norma de mercado baseada na “livre escolha” do sujeito racional e a “transparência” do funcionamento social, condição necessária para uma escolha ótima. Mas significa, sobretudo, instaurar um mecanismo que identifica o compartilhamento da informação e o compartilhamento do risco: a partir do momento que se supõe que o indivíduo tem condições de acessar as informações necessárias para sua escolha, deve-se supor que ele se torna plenamente responsável pelos riscos envolvidos (2016, p. 414).

Ao assumir o risco, o sujeito neoliberal encontra-se em uma posição paradoxal, pois olhar exclusivamente para os interesses econômicos implica abrir mão da proteção jurídica. O risco é do consumidor e não do mercado, a vigilância neoliberal, nas múltiplas estratégias sutis de assimilação do indivíduo neoliberal, opera criando subjetividades condizentes com a passividade necessária para assumir o risco e servir a essa lógica hegemônica. Entre essas subjetividades, o clamor por “transparência” se configura como um dos principais micromecanismos de produção e reprodução social. São quatro as subjetividades descritas por Negri e Hardt (2014) como constituintes do sujeito neoliberal: o *securitizado*, o *mediatizado*, o *endividado* e o *representado*. A seguir, tratamos brevemente de cada uma delas.

Estado de Exceção e transparência

O mundo polarizado que atravessou o século XX, dividido entre as forças capitalistas do Ocidente e a potência socialista soviética, ruiu na última década desse mesmo século, instaurando a hegemonia de uma única superpotência global: o

capitalismo ocidental. As antigas ameaças da hecatombe nuclear cederam lugar à guerra civil generalizada e a fronteira única guardada pelas forças militares da OTAN: instaurou-se desde então um *Estado de exceção*.

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma "guerra civil mundial", o Estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. (AGAMBEN, 2004, p.13)

No interior desse Estado de exceção global, as subjetividades devem ser adequadas à configuração da totalidade política e econômica almejada e construída pelas relações de poder dominantes. As quatro subjetividades supracitadas são minuciosamente instituídas para fomentar esse Estado de exceção:

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o *endividado*. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o *mediatizado*. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o *representado*. (NEGRI; HARDT, 2014, p. 21)

Como veremos, algo está em jogo nos modos como o termo “transparência” perpassa cada uma delas.

Em relação ao *securitizado*, a “sociedade da transparência” acompanha o desenvolvimento histórico desse Estado de exceção com os processos de securitização crescentes e o aprofundamento da legalização daquilo que seria considerado “emergencial”; visa-se eliminar a diferença e tratar todos os cidadãos como seus potenciais inimigos, até que se prove o contrário. Neste caso, “transparência” seria uma característica da conduta que se espera dos sujeitos que, sob esse paradigma, são considerados como *capital humano* e não propriamente *sujeitos de direitos*. Somando-se à vigilância unilateral por parte do Estado e das corporações, e os imperativos de “livre competição” impostos pelo mercado financeiro, o que doravante designaremos como um discurso da transparência serve para balizar essas relações sociais.

A relação da subjetividade do *securitizado* com a circulação do termo “transparência” aparece em dados como este:

MATO GROSSO

"Segurança e transparência", diz presidente do TJMT em ofício ao CNJ sobre pagamentos a magistrados

Presidente do Tribunal de Justiça de MT, Rui Ramos, alega que pagamentos de mais de R\$ 100 mil a 84 magistrados em julho foram feitos legalmente.

Por André Souza, G1 MT

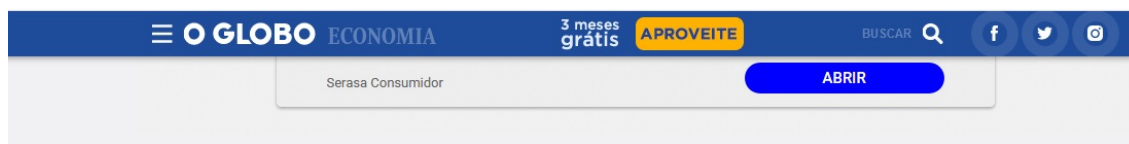
19/08/2017 10h24 · Atualizado há um ano

Figura 3 - screenshot da notícia publicada no portal de notícias G1 em 19/08/2017.

No conjunto de dados desse tipo, estabelece-se a relação entre “transparência” e “segurança”. Do enunciado acima, depreendemos que os valores de pagamentos a magistrados não podem ser postos em questão porque “foram feitos legalmente”, e o fato de serem públicos é convocado como garantia de sua legalidade: é seguro e é transparente porque aparece como algo que tem precisão (é medido por índices atestados) e está declarado, exposto (foi publicado em algum dispositivo acessível a qualquer um que procurar a informação).

A subjetividade do *endividado* se relaciona com uma noção de “transparência” como a indicada no tópico anterior: quando o sujeito assume o risco, ele assume também a dívida que ele contrai ao firmar um pacto. Por exemplo, se um determinado sujeito vai até o banco em que é correntista para tomar um empréstimo, a instituição bancária operará segundo a lógica do que refere por “transparência”, exigindo documentos que comprovem renda, ausência de dívidas, residência fixa, carteira assinada, etc. Essa é uma das formas como o imperativo de “transparência” pode criar sujeitos endividados.

Encontramos no jornal *O Globo* a seguinte manchete:



Novas regras para negociação de dívidas

Autorregulamentação da Febraban cria a possibilidade de acordo com endividados que ainda estão em dia

Luciana Casemiro

12/08/2017 - 22:00 / Atualizado em 14/08/2017 - 09:54

Figura 4 - Captura de tela no portal do jornal O Globo, publicado em 12/08/2017

Na matéria que se segue, a fórmula aparece em sua variante “transparente”:

O receio é induzir a um comportamento ruim, de contratar e depois querer mudar as regras de parte a parte. Mas, acreditando na boa-fé do consumidor, o banco também agirá de boa-fé quando reconhecer a necessidade do cliente e buscar soluções para equacionar o problema. É uma busca pelo equilíbrio — afirma. Mecanismos mais adequados para tratar as questões do crédito, com relações mais **transparentes** e que pressuponham confiança, têm um efeito positivo para toda a sociedade, diz Ricardo Morishita, professor de Direito do Consumidor. (grifo nosso)

A matéria expõe as “novas normas” de tratamento da renegociação de dívidas entre os bancos e seus devedores aprovadas pelo Conselho de Autorregulamentação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em agosto de 2017. Uma questão interessante que não exploraremos aqui é: os tomadores de empréstimo devem comprovar, com esse tipo de documento, sua “capacidade de endividar-se” na hora de solicitar o empréstimo; quanto aos emprestadores, os bancos, devem comprovar sua “capacidade de emprestar” por meio de outros tipos de documento, endereçados a outros interlocutores, como ocorre com seus balancetes públicos e suas cartas aos investidores.

No que diz respeito à figura do *representado*, sua relação com o problema “transparência” é mais explícita nos movimentos sociais que reivindicam “transparência partidária”, reivindicações de “transparência” nas decisões financeiras e orçamentárias cabíveis ao Estado e a seus representantes, cobrança de declarações de bens e fortuna dos candidatos a cargos públicos, etc., como podemos observar no dado a seguir, em que o Movimento Transparência Partidária propõe uma reforma partidária:



Figura 5 - screenshot da página inicial do site do Movimento Transparência Partidária, acesso em 29/04/2018.

As marcas da representação se manifestam a partir da crença de que o sistema político-partidário, isto é, a representação institucional de um político em relação à população, deva “mudar”, ser reformada, para que a representação seja mais eficaz por meio da “transparência”.

A subjetividade do *representado* é de grande importância para a nossa pesquisa, já que podemos constatar uma relação direta entre a reivindicação por “transparência” das ações dos representantes políticos com a problemática da corrupção, que é proeminente no conjunto de dados coletados. A corrupção parece ser um importante elemento desencadeador do discurso da transparência, assim como uma espécie de subterfúgio por parte do poder para conduzir uma política neoliberal. O economista escocês Mark Blyth, defende que:

No caso do FMI, tornou-se o fornecedor de firme “vigilância” das políticas dos Estados-membros para aumentar a transparência global, pelo menos no mundo desenvolvido. No caso do mundo em vias de desenvolvimento, porém, o FMI tornou-se a força de polícia financeira por trás da aplicação daquilo que se designou como “programas de ajustamento estrutural”, também conhecidos como o Consenso de Washington aplicado na prática. (2017, p. 235)

Por parte de órgãos como o Fundo Monetário Internacional¹¹, há a instauração de um sistema de austeridade e de intensificação das dívidas e a instauração de um saber

¹¹O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização financeira criada em 1944, a partir da Conferência Bretton Woods ocorrida em 27 de dezembro de 1945 em New Hampshire (Estados Unidos), que atua como uma agência reguladora (de fato, credora) das economias globais. Segundo Eric Toussant, essas instituições como o FMI “agem sistematicamente contra os interesses dos povos, concedendo

político-econômico a ser seguido pelo Sul global. O que interessa para nós, aqui, é saber como essa dupla instauração é acompanhada pelo termo em tela na disseminação de uma política neoliberal que parta da construção de um consenso. O que nos leva a discorrer sobre a figura do sujeito *mediatizado*.

Essa subjetividade é de extrema importância na transmissão das palavras de ordem neoliberais, tal como no bem-sucedido processo de domesticação de praticamente a totalidade da população, não somente em nível nacional ou continental, mas em nível global (MATTELART, 2005). Além disso, o *mediatizado* é diretamente responsável pela transmissão e a disseminação do discurso da transparência, irrigando o termo e tomando parte “nas complexas relações de dominação que os discursos organizam, de um processo de *aceitabilidade*” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 122). Lembremos que o mediatizado é o sujeito “midiático”, ele assume a fórmula enquanto as mídias a disseminam de duas diferentes formas:

Em parte, no sentido de que, operam uma seleção e uma filtragem (filtragem que operam sobre o material já bastante filtrado antes); e, em parte no sentido de que a circulação a que submetem a fórmula – como diz Louis Quéré (1982: 121), que recusa um ponto de vista sistêmico e a ideologia do desempenho que o sustenta – “não pode ser reduzida a uma tecnologia do empacotamento e da transmissão de mensagens”. Ao contrário, deve ser vista como uma operação de transformação. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 121)

Krieg-Planque define a comunicação “como um conjunto de saberes e habilidades relativas à antecipação de práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos” (2010, p. 14), isto implica, em nosso caso, ver a comunicação como o espaço de trocas discursivas em que as fórmulas são postas em circulação com certo trabalho prévio (nas táticas de antecipação) que mira o trabalho que virá depois de sua publicização (na participação do rumor público que se instaura), pois, abrigando as marcas dos posicionamentos por onde circulou, o termo se torna cada vez mais preñado de sentidos, adquiridos em sua circulação.

É o que se pode observar com a disseminação de dispositivos comunicacionais de reivindicação por “transparência”, tal como o Portal da Transparência, um portal governamental que participa de um sistema de filtragem do que deve ou não ser

empréstimos aos Estados com o fim de influir nas suas políticas. O endividamento externo foi e continua a ser utilizado como instrumento de submissão dos devedores.” (publicado no site do Comitê para a abolição das dívidas ilegítimas, em 04/08/2019).

“transparente”. Mas a mediatização das reivindicações por “transparência” não se resume a um âmbito institucional, trata-se de um dispositivo de vigilância que se estende à total mediatização da vida, incluindo, por exemplo, práticas que tornam a vida “transparente” por meio de redes sociais. Essa é a plena conjunção entre o sujeito e o sistema de vigilância que regula sua forma de vida. De acordo com Han:

O vento digital da comunicação e da informação penetra tudo e torna tudo transparente. Ele atua através da sociedade da transparência; mas a rede digital como medium da transparência não está submetida a um imperativo moral. É de certo modo desprovida de coração, que do ponto de vista da tradição foi um medium metafísico-teológico da verdade. A transparência digital não é cardiográfica, mas pornográfica, produzindo também panópticos econômicos. Neles não se busca acentuar a moral do coração, mas maximizar lucros, chamar a atenção. A iluminação total promete, pois, uma exploração máxima (2017, p. 53).

Ou seja, muito das redes comunicacionais digitais induzem o sujeito a conceber seus ambientes de frequência como “transparentes”, e assim colaborar com um sistema intrincado de vigilância que se volta contra o próprio usuário, se considerarmos como tem se dado o processo de modulação de comportamentos:

As plataformas se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas dos seus clientes. Em geral, os conteúdos desses espaços virtuais são produzidos ou desenvolvidos pelos próprios usuários que, ao mesmo tempo, entregam seus dados pessoais e os metadados de navegação para os donos desses serviços. Desse modo, não há nenhum exagero em nomear o capitalismo informacional de capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2015). Aqui, podemos realçar que a grande concentração das atenções e do dinheiro dos demais segmentos da economia nas plataformas se dá porque elas conseguem modular as percepções e os comportamentos em escala inimaginável até a sua existência (DA SILVEIRA, 2018, p. 35).

O que nos leva a uma outra constatação: o período técnico-científico informacional, ao qual corresponde um meio técnico-científico informacional dado pela unicidade técnica que recobre, hoje, todo o planeta com uma tecnoesfera padronizante (SANTOS, 1996), está diretamente ligado às possibilidades digitais de controle estrito de fluxos massivos de todo tipo de dado. Esses fluxos se estabelecem conforme protocolos técnicos muito precisos, ensejando a relação entre precisão, mediação e “transparência”, e tem alta capacidade difusora, ensejando uma psicoesfera de pertencimento inescapável: tudo o que se publiciza contribui para a segurança de cada um de nós, pois torna

“transparentes” todas as ações e relações – o que quase sempre aparece, no material coletado, como desejável¹².

Aqui cabe uma ressalva em relação às propriedades do termo “transparência” como candidato a fórmula discursiva: não encontramos, nos dados sistematizados, material que permita falar em uma franca oposição a “transparência”. Aparentemente, nenhum posicionamento se desenha em favor da não declaração do que deve ser declarado. A questão é quem define o que deve ser declarado por quem, mas essa discussão não se explicita como tal nos dados. Registre-se, ainda, que também não encontramos discussões consistentes sobre o que se deveria entender por “transparência”¹³. Usado como um termo que fala por si, seu aparecimento parece funcionar ele próprio como atestado de que se é “transparente”, se age “transparentemente”, se cultiva “transparência”, um valor supremo que prescinde de definição explícita, mais ainda de debate ou de especulação sobre seus sentidos. Um indício de que não há dissenso? Ou de que ele foi apagado? Foi modulado, talvez.

Considerações finais

Outras análises decerto podem ser feitas, o material é extenso e permite perceber uma série de regularidades como formulações do tipo “transparência x”, sendo x um adjetivo que especifica esse valor supremo – que aparece mais frequentemente, como vimos, sem complemento. Mas há “transparência partidária”, “transparência governamental”, “transparência da administração pública”, etc. E essas ocorrências permitem ver que varia o que se entende por “partidária” ou por “governamental” ou por “administração pública”. Portanto, nesses sintagmas, são especificações que acumulam opacificações do termo “transparência”.

Também é possível verificar que, em algumas ocorrências, remonta-se a uma história em defesa da “transparência dos códigos abertos” nos aplicativos, isto é, da

¹² Para detalhamento da relação entre tecnoesfera e psicoesfera na produção de uma alta potência difusora, ver SALGADO, 2013.

¹³ Dessa perspectiva, é interessante registrar o slogan “Transparência para os poderosos, privacidade para os fracos”, lema celebrizado por Julian Assange, fundador do Wikileaks, organização dedicada a publicar documentos secretos acerca de ações que considera ilegais de governos, instituições e empresas. *Leakers* e *whistleblowers* mobilizam o termo “transparência” para referir tipos de materiais e formas de difusão certamente distintos dos materiais e filtragens operados por corporações, governos e outros agentes hegemônicos do atual período.

explicitação da montagem técnica que certos grupos defendem como necessária no desenvolvimento dos dispositivos digitais. O que se verifica, porém, é que não foi esse sentido de “transparência” que prevaleceu na arquitetura da rede técnica mundial.

Por fim, entendemos que, nesta primeira interpretação dos dados coletados, observando relações parafrásticas e co-ocorrências, “transparência” se define sobretudo pela negação de “corrupção”, mas “corrupção” é um termo que nunca se define, segue sendo tão recorrente quanto difuso, mergulhando “transparência”, possivelmente seu contrário, num jogo discursivo em que parece não haver polêmica. Uma psicosfera crucial para o funcionamento neoliberal, que toma como seu principal parâmetro o dinheiro: lembremos que o dinheiro é hoje uma informação à qual, como vimos, correspondem subjetividades sempre condicionadas aos riscos que correm – que devem correr – para participar de um mundo em que a ausência de problematização figura como “paz”.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BLYTH, M. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FONSECA, F. P., OLIVA, J. T. Espaço e Cartografia: Teoria do Espaço e avaliações da Cartografia e das Paisagens Pictóricas. In: **Territorium Terram**, v.1, p. 24 - 45, 2012.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- HAN, B. C. **A sociedade da transparência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- _____. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. Trad. Luciana Salgado e Sírio Possenti. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011, pp.11-40.
- LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: Edufscar, 2011.

- MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Trad. Cecília Perez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti (orgs.). Curitiba: Criar, 2006.
- MATTELART, A. **Diversidade cultural e mundialização**. Trad. Marcio Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005.
- NEGRI, A.; HARDT, M. **Declaração: isto não é um manifesto**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: n-1, 2014.
- OLIVEIRA, H. **O racismo que (não) se vê: a fórmula Consciência Negra e a atopia do discurso racista brasileiro**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- QUARTAROLLA, A. A. **Emergência da fórmula discursiva "flexibilização": gênese e desdobramentos**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SALGADO, L. S. **Cibercultura: tecnoesfera e psicoesfera de alta potência difusora**. In: ABRIATA *et. all* (orgs.). **Leitura: a circulação de discursos na contemporaneidade**. Franca: Unifran, 2013. Coleção Mestrado em Linguística.
- SALGADO, L.S.; ANTAS Jr., R. M. A criação num “mundo sem fronteiras”: paratopia no período técnico-científico informacional. In: **Acta Scientiarum**, vol. 33, n. 2, 2011, pp. 259-270, Maringá.
- SALGADO, L.S.; OLIVA, J.T. A produção de uma intimidade ubíqua, esteio da fratura social. In: **Discurso & Sociedad**, vol. 13, n. 3, 2019, Barcelona.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, H. M. B. **A constituição da fórmula discursiva "cultura de paz": circulação e produção dos sentidos**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- SILVA, J. T. M. P. **Todo dia é um 7 x 1?: Consagração e funcionamento da fórmula discursiva “complexo de vira-latas”**. 2019. 352 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- SILVEIRA, Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: SOUZA, J.; AVELINO, R.; DA SILVEIRA, S.A (orgs.). **A sociedade de controle – manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Hedra, 2018.